

# Em estudos mudanças no cálculo da inflação

O Ministério da Fazenda está analisando a possibilidade de reformular os critérios utilizados para calcular a inflação. Essa revelação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo ministro da Agricultura, Pedro Simon, segundo quem a fórmula atual "já não espelha a realidade".

Simon disse que, há poucos dias, discutiu o assunto com o ministro Dílson Funaro e percebeu a intenção de seu colega em reformular o atual critério, utilizado desde a década de 40. Além disso, lembrou o ministro da Agricultura, a pesquisa feita no momento "parece abranger apenas alguns supermercados do Rio de Janeiro e não os preços cobrados nas favelas de todo o País". Simon informou também que um produto, que ele não sabe qual é, "continua na lista, embora não tenha mais qualquer significado".

Por sua vez, o presidente José Sarney gravou ontem, no começo da noite, um pronunciamento em que explica como pretende enfrentar a inflação. O programa, que deve ir ao ar hoje, às 6 horas da manhã, por uma cadeia facultativa, gerada pela Rádio Nacional, dura

três minutos e dois segundos e, de acordo com assessores palacianos, não apresenta nenhuma novidade. Apenas comenta a inflação, seus prejuízos para o País e reassegura a determinação do governo em combatê-la de forma não recessiva.

**Preços**  
**25 OUT 1985**  
O controle de preços continua sendo uma arma indispensável ao governo na implantação de sua política econômica. Mas isso não impede a sua reformulação e adequação às novas propostas de uma política industrial que pretende continuar na trilha do crescimento sem recessão. Nesse sentido, tanto o Conselho Interministerial de Preços — CIP — como as entidades a ele subordinadas estão empenhados em uma intensa reavaliação de seus métodos e normas, para que esse instrumento se torne mais eficiente e menos custoso ao poder público.

Para confirmar essas idéias expostas ontem no III Congresso Brasileiro de Fundição, em São Paulo, o secretário executivo do CIP, Luiz Roberto de Azevedo Cunha, informou que esse órgão pretende ado-

tar o controle por setores industriais, estabelecendo critérios muito bem definidos para sua atuação.

— Isso permitirá um controle técnico e negociado. O diálogo com os setores servirá para uma adaptação justa do controle de preços à evolução da política industrial — garantiu.

O diálogo, no entanto, não será utilizado para dar uma espécie de "folga" em alguns preços. Segundo Azevedo Cunha, sua função será permitir um maior, e melhor, conhecimento do universo de controle e, talvez, liberar alguns itens hoje controlados e incluir outros.

Um exemplo concreto citado pelo secretário é o das arandelas de iluminação pública, um produto consumido pelo poder público através de concorrências e que tem o seu preço controlado. Para o CIP, em sua reformulação de métodos, esse não é um item importante, embora o estabelecimento e acompanhamento do seu controle tenha o mesmo custo de um outro qualquer, considerado essencial.

— Podemos diminuir a abrangência do controle de preços, mas certamente aumentaremos sua eficácia — concluiu Azevedo Cunha.